

## **Normas Regulamentares Específicas do Doutoramento em Administração Pública**

### **Artigo 1.º Designação**

O Iscte confere o grau de doutor em Administração Pública e ministra o ciclo de estudos a ele conducente, designado "Doutoramento em Administração Pública", a seguir simplesmente referido como doutoramento.

### **Artigo 2.º Regulamento**

O regulamento do doutoramento é composto pelas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte e pelas presentes Normas Regulamentares Específicas.

### **Artigo 3.º Área científica**

A área científica predominante do doutoramento é Políticas Públicas.

### **Artigo 4.º Duração**

O doutoramento tem a duração de quatro anos letivos.

### **Artigo 5.º Objetivos do Doutoramento**

O doutoramento em Administração Pública tem por objetivos:

- a) Proporcionar a aquisição de competências de investigação científica original na área da Administração e Políticas Públicas;
- b) Proporcionar a aquisição de competências específicas necessárias à condução da investigação conducente ao grau de doutor.

### **Artigo 6.º Fundamentação do curso de doutoramento**

1 — O doutoramento compreende uma componente curricular destinada a assegurar a formação científica avançada necessária ao desenvolvimento de investigação autónoma e original, designada de curso de doutoramento.

2 — O curso de doutoramento tem como propósito:

- a) Consolidar conhecimentos aprofundados na(s) área(s) científica(s) do doutoramento;
- b) Desenvolver competências teóricas, metodológicas e técnicas adequadas à prática de investigação original e relevante para a comunidade científica;
- c) Assegurar a aquisição de competências académicas e científicas relevantes para o trabalho científico, designadamente em comunicação, ética na investigação, gestão

de projetos, tecnologia da informação e competências digitais, colaboração e trabalho em equipa e direitos de autor e propriedade intelectual;

d) Promover a integração dos/as estudantes nas atividades das unidades de investigação.

## **Artigo 7.º**

### **Formação supletiva**

1 — No âmbito do doutoramento em Administração Pública, poderá ser indicada formação supletiva a estudantes cuja formação académica de base não assegure competências fundamentais nas áreas de Administração Pública, metodologia de investigação e análise de dados, de acordo com as condições fixadas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.

2 — A formação supletiva a que se refere o número anterior inclui unidades curriculares até ao limite máximo definido nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.

3 — As unidades curriculares devem constar da ata de divulgação de resultados que decorre da avaliação das candidaturas ao ciclo de estudos.

## **Artigo 8.º**

### **Estrutura curricular e plano de estudos**

A estrutura curricular e o plano de estudos do doutoramento, são os constantes da página de internet da Direção Geral do Ensino Superior.

## **Artigo 9.º**

### **Condições específicas de ingresso e critérios de seleção e seriação de candidatos/as**

1 — Podem candidatar-se ao doutoramento:

a) Titulares do grau de mestre ou equivalente legal em áreas científicas consideradas adequadas pela Comissão Científica do Doutoramento, nomeadamente:

i) Administração Pública;

ii) Outras áreas de formação.

b) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal, desde que possuam um currículo escolar ou científico especialmente relevante que ateste capacidade para a realização do doutoramento;

c) Detentores/as de um percurso académico, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.

2 — Os/As candidatos/as são selecionados/as e seriados/as pela Comissão de Análise de Candidaturas, de acordo com os critérios de seleção e seriação aprovados anualmente pela Comissão Científica do Doutoramento, com base nos princípios dispostos das Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.

3 — Aos/Às candidatos/as que, no processo de avaliação da candidatura, sejam identificadas necessidades de formação nas áreas fundamentais do ciclo de estudos, a sua admissão fica condicionada à frequência, quando aplicável, de unidades curriculares no âmbito da formação supletiva, nos termos previstos no artigo 7.º das presentes normas regulamentares.

## **Artigo 10.º**

### **Normas de candidatura**

1 — Para além dos documentos indicados nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, a Comissão de Análise de Candidaturas pode solicitar outros documentos para a avaliação mais detalhada da candidatura.

2 — Facultativamente, os/as candidatos/as podem incluir outros documentos que considerem relevantes para o processo.

## **Artigo 11.º**

### **Inscrições**

1 — A inscrição no segundo ano curricular requer:

- a) A aprovação de 54 créditos ECTS do curso de doutoramento;
- b) A aprovação nas unidades curriculares exigidas como formação supletiva, quando aplicável;
- c) A aprovação do projeto de doutoramento.

2 — A inscrição nos anos curriculares subsequentes rege-se pelas condições previstas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.

## **Artigo 12.º**

### **Regime de avaliação de conhecimentos do curso de doutoramento**

O regime de avaliação de conhecimentos nas unidades curriculares do curso de doutoramento regem-se pelo Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Competências do Terceiro Ciclo do Iscte.

## **Artigo 13.º**

### **Condições de dispensa do curso de doutoramento**

1 — A dispensa de unidades curriculares que integram o curso de doutoramento, pode ser concedida, mediante pedido do/a estudante, quando este/a satisfaça as seguintes condições:

- a) Frequência e aprovação em unidades curriculares a que correspondam os objetivos de aprendizagem das unidades curriculares que constituem o curso de doutoramento;
- b) Experiência profissional relevante que demonstre domínio das competências correspondentes aos objetivos de aprendizagem das unidades curriculares que constituem o curso de doutoramento;
- c) Experiência de investigação adequada ao ciclo de estudos, e que detenham publicações científicas ou trabalhos de investigação que se enquadrem nos objetivos de aprendizagem das unidades curriculares que constituem o curso de doutoramento.

2 — A Comissão de Análise de Candidaturas pode ainda dar indicação sobre o cumprimento de condições para dispensa do curso de doutoramento, devendo essa indicação ficar registada na ata de divulgação dos resultados das candidaturas.

3 — Existindo a indicação referida no ponto anterior, o/a estudante deve formalizar o pedido de dispensa no sistema de gestão académica.

4 — A dispensa do curso de doutoramento pode ser total ou parcial, não podendo ser dispensada a realização e aprovação do projeto de doutoramento.

5 — Os critérios de dispensa regem-se pelo Regulamento de Creditação de Formação Anterior e de Experiência Profissional do Iscte.

#### **Artigo 14.º** **Orientação**

Os princípios gerais sobre a orientação regem-se pelas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.

#### **Artigo 15.º** **Enquadramento dos trabalhos de investigação**

1 — O doutoramento é gerido e enquadrado cientificamente pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), podendo os trabalhos de investigação ser realizados na referida unidade, noutra unidade de investigação do Iscte ou em instituições de I&D nacionais ou estrangeiras, desde que aprovados pelo diretor do doutoramento.

2 — Os trabalhos de investigação são apoiados pela frequência do Seminário Doutoral de Investigação em Administração Pública e, complementarmente, através da participação no Ciclo Internacional de Conferências do programa de estudo e no Colóquio Doutoral da Escola de Sociologia e Políticas Públicas, no âmbito da unidade curricular de Tese em Administração Pública, entre outras atividades promovidas pela unidade de investigação.

#### **Artigo 16.º** **Relatório de progresso anual**

1 — O relatório de progresso anual é constituído por, pelo menos, um capítulo da tese e pelo conjunto de atividades científicas desenvolvidas no processo de pesquisa.

2 — O(s)/A(s) orientador(es)/a(s) elabora(m) um parecer escrito sobre o progresso da tese de doutoramento baseado no relatório de progresso anual.

3 — O/A diretor de doutoramento valida o parecer e emite o resultado expresso numa qualificação de «Aprovado» ou «Não Aprovado».

#### **Artigo 17.º** **Tese**

1 — A tese deverá ser apresentada numa das modalidades previstas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte:

- a) Formato monográfico;
- b) Formato de compilação de artigos.

2 — Para a submissão da tese recomenda-se evidência de participação do/a estudante num congresso científico internacional, com apresentação de comunicação.

3 — O/A diretor/a do doutoramento pode autorizar que sejam consideradas outras línguas na apresentação da tese e/ou nas provas públicas de defesa da tese para além das referidas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, desde que obtenha parecer positivo da Comissão Científica do Doutoramento.

**Artigo 18.º**  
**Hierarquia de normas**

Em caso de conflito entre as presentes Normas Regulamentares Específicas e as Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, prevalecem estas últimas.

**Artigo 19.º**  
**Entrada em vigor**

As presentes normas entram em vigor no dia seguinte à sua publicação no Diário da República.

EM REVISÃO